



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10830.720343/2007-50  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2401-007.910 – 2ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 3 de agosto de 2020  
**Recorrente** AGROPECUÁRIA ARAUCÁRIA LTDA.  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)**

Exercício: 2003

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL. APRESENTAÇÃO TEMPESTIVA. DISPENSABILIDADE.

Para fins de exclusão da tributação de Áreas legalmente não tributáveis é dispensável que tenha sido informada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), mediante Ato Declaratório Ambiental (ADA) apresentado tempestivamente.

ÁREA DE RESERVA LEGAL. SÚMULA CARF Nº 122.

A averbação da Área de Reserva Legal (ARL) na matrícula do imóvel em data anterior ao fato gerador supre a eventual falta de apresentação do Ato declaratório Ambiental (ADA).

INCONSTITUCIONALIDADE.

Súmula CARF nº 2: O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso voluntário para reconhecer a área de preservação permanente declarada de 53,0 ha. Vencidos os conselheiros José Luís Hentsch Benjamin Pinheiro, Rodrigo Lopes Araújo e André Luís Ulrich Pinto que negavam provimento ao recurso. Votaram pelas conclusões os conselheiros Cleberson Alex Friess e Miriam Denise Xavier

(documento assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Andréa Viana Arrais Egypto - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cleberson Alex Friess, Matheus Soares Leite, Jose Luís Hentsch Benjamin Pinheiro, Rayd Santana Ferreira, Rodrigo Lopes Araújo, Andrea Viana Arrais Egypto, André Luís Ulrich Pinto (suplente convocado), Miriam Denise Xavier (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face da decisão da 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande - MS (DRJ/CGE) que, por unanimidade de votos, rejeitou as preliminares de nulidade, indeferiu o pedido de intimação de terceiros e, no mérito, julgou procedente o lançamento, mantendo o crédito tributário exigido, conforme ementa do Acórdão nº 04-17.618 (fls. 176/186):

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

Exercício: 2003

Inconstitucionalidade

Em processo administrativo é defeso apreciar arguições de inconstitucionalidade de lei, por tratar-se de matéria reservada ao Poder Judiciário.

Preservação Permanente - Reserva Legal - Requisitos de Isenção

A concessão de isenção de ITR para as Áreas de Preservação Permanente - APP ou de Utilização Limitada - AUL está vinculada à comprovação de sua existência, como laudo técnico específico e averbação na matrícula até a data do fato gerador, respectivamente, e de sua regularização junto aos órgãos ambientais competentes, como o Ato Declaratório Ambiental - ADA, cujo requerimento deve ser protocolado no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em até seis meses após o prazo final para entrega da Declaração do ITR. A prova de uma não exclui a da outra.

Isenção

A legislação tributária para concessão de benefício fiscal interpreta-se literalmente, assim, se não atendidos os requisitos legais para a isenção, a mesma não deve ser concedida.

Lançamento Procedente

O presente processo trata da Notificação de Lançamento - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de fls. 03/06, lavrada em 26/11/2007, que exige o pagamento do crédito tributário no montante total de R\$ 75.820,90, exercício 2003, sendo R\$ 32.025,73 de Imposto Suplementar, R\$ 19.775,88 de Juros de Mora, calculados até 30/11/2007, e R\$ 24.019,29 de Multa de Ofício, passível de redução, referente ao imóvel rural denominado "Fazenda Cafezal", cadastrado perante a RFB sob o NIRF 0.334.127-5, com área total declarada de 363,0 ha, localizado no município de Jaguariúna - SP.

De acordo com a Descrição dos Fatos e Enquadramento legal (fl. 04) temos que o contribuinte não comprovou a existência e regularização das áreas isentas declaradas, razão pela qual as mesmas foram glosadas, bem como alterados os demais dados consequentes.

O Contribuinte tomou ciência da Notificação de Lançamento, através do EDITAL/DRF/CPS/SEFIS/Nº 08104/252/2007, de 10/12/2007 (fls. 17/18), em 27/12/2007 (fl. 19) e, em 18/01/2008, apresentou tempestivamente sua Impugnação de fls. 20/41, instruída com os documentos nas fls. 42 a 171, onde requer:

1. A anulação do lançamento, uma vez que as APP e ARL foram computadas dentro da área tributável, ou, alternativamente, a exclusão da área tributável, as APP e ARL, em razão da existência de fato da cobertura vegetal, tudo provado por meios de fotos e laudo técnico, sopesado pela desnecessidade de averbação dessas áreas junto à matrícula do imóvel e da ilegalidade do ADA;
2. A anulação do lançamento, uma vez que o grau de utilização empregado se encontra equivocado em razão da suspensão das APP e ARL da área tributável, o cálculo da área de utilização do imóvel se deu considerando 464,0 ha e não 212,40 ha como deveria ser, ou, alternativamente, readequar o grau de utilização frente aos fatos narrados;
3. A anulação do lançamento, uma vez que o índice de loteamento por zona rural não está fundado em lei, o que viola o Princípio da Estrita Legalidade, ou, alternativamente, aplicar a alíquota de 0,10%, vez que a alíquota aplicada ao maior grau de utilização da propriedade vinculada ao tamanho dessa propriedade;
4. A anulação do lançamento por violação do Princípio da Capacidade Contributiva quando da instituição de alíquotas progressivas tendo em vista o tamanho da propriedade e não do valor dessas, ou, alternativamente, aplicar alíquota atinente à menor propriedade, ou seja, aplicar a alíquota de 0,03 %;
5. A anulação do lançamento, em razão de o valor total do imóvel atribuído pela Administração Tributária não ter sido amparado por critérios técnicos, consistindo numa forma de arbitramento ilegal;
6. A juntada do laudo técnico com o objetivo de comprovar a existência e dimensão da APP e ARL;
7. A intimação da empresa Rio Vermelho Comércio de Produtos para Inseminação Artificial Ltda., comodatária que ocupava a área aproveitável.

O Processo foi encaminhado à DRJ/CGE para julgamento, onde, através do Acórdão nº 04-17.618, em 15/05/2009 a 1ª Turma julgou no sentido de considerar procedente o lançamento.

O Contribuinte tomou ciência do Acórdão da DRJ/CGE, via Correio, em 15/06/2009 (fl. 189) e, inconformado com a decisão prolatada, em 07/07/2009, tempestivamente, apresentou seu RECURSO VOLUNTÁRIO de fls. 190/216, onde discorre sobre:

1. A existência da Área de Preservação Permanente - APP e de Reserva Legal - ARL e o legítimo cabimento ao desfrute da isenção em razão da existência comprovada de cobertura vegetal;

2. Ser desnecessária a averbação da Área de Preservação Permanente - APP e de Reserva Legal - ARL na matrícula do imóvel como requisito a fruição da isenção;
3. A ilegalidade da exigência do Ato Declaratório Ambiental - ADA;
4. A indevida redução do grau de utilização do imóvel por conta da inclusão da área de preservação permanente e de reserva legal no cômputo da área tributável;
5. A ilegalidade da fixação do índice de lotação de zona pecuária em instrumento de índole sublegal e a impossibilidade de dar efetividade às alíquotas decrescentes em razão do grau de utilização;
6. A equivocada desconsideração da área de pastagem declarada e do seu direito a prova em contrário;
7. A violação do Princípio da Capacidade Contributiva e consequente inconstitucionalidade das alíquotas progressivas do ITR;
8. A impossibilidade do arbitramento do Valor Total do Imóvel.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheira Andréa Viana Arrais Egypto, Relatora.

## **Juízo de admissibilidade**

O Recurso Voluntário foi apresentado dentro do prazo legal e atende aos requisitos de admissibilidade, portanto, dele tomo conhecimento.

## **Mérito**

Trata o presente processo da exigência de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, exercício de 2003, referente ao imóvel denominado "Fazenda Cafezal". A lide se restringe apenas à glosa das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal/Utilização Limitada, tendo em vista que, após regularmente intimado, o contribuinte não comprovou a isenção das áreas declaradas.

O lançamento foi realizado nos termos do artigo 142 do Código Tributário Nacional, não havendo que se falar em qualquer nulidade no presente caso.

Com efeito, o imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR, de competência da União, na forma do art. 153, VI, da Constituição Federal de 1988, incide nas hipóteses previstas no art. 29 do Código Tributário Nacional, e no art. 1º da Lei nº 9.393/96, a saber:

CTN

Art. 29. O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município.

Lei n.º 9.393/96

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Desse modo, se o sujeito passivo incorrer em quaisquer das hipóteses previstas na legislação como fato gerador do imposto, quais sejam a propriedade plena, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, deve recolher o ITR na forma determinada pela norma.

Destarte, a Lei n.º 9.393/96 estabelece que, para efeito de definição da base de cálculo do imposto, algumas áreas deverão ser excluídas da área tributável do imóvel, senão vejamos:

Art. 10. A apuração e o pagamento do ITR serão efetuados pelo contribuinte, independentemente de prévio procedimento da administração tributária, nos prazos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, sujeitando-se a homologação posterior.

II - área tributável, a área total do imóvel, menos as áreas:

- a) de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, com a redação dada pela Lei n.º 7.803, de 18 de julho de 1989;
- b) de interesse ecológico para a proteção dos ecossistemas, assim declaradas mediante ato do órgão competente, federal ou estadual, e que ampliem as restrições de uso previstas na alínea anterior;
- c) comprovadamente imprestáveis para qualquer exploração agrícola, pecuária, granjeira, aquícola ou florestal, declaradas de interesse ecológico mediante ato do órgão competente, federal ou estadual;
- d) as áreas sob regime de servidão florestal. (Incluído pela Medida Provisória n.º 2.166-67, de 2001)

VI - Grau de Utilização - GU, a relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável.

Nesse contexto, a Recorrente se insurge contra a exigência do Ato Declaratório Ambiental - ADA para a isenção das Áreas de Preservação Permanente e Reserva legal, além da necessidade de averbação das áreas no registro do imóvel.

Ressalte-se que os questionamentos que extrapolam os limites da lide não serão objeto de apreciação. Da mesma forma, questões atinentes à inconstitucionalidade de lei tributária não são oponíveis na esfera do contencioso administrativo, haja vista que demanda o exame da incompatibilidade da lei aplicável com os preceitos de ordem constitucional, o que escapa à competência legal da autoridade julgadora de instância administrativa, conforme enunciado da Súmula CARF n.º 2, assim redigida:

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.

Pois bem. A decisão de piso assim se pronunciou acerca das áreas glosadas:

Com os argumentos apresentados se pretende demonstrar que as mesmas existem, independentemente das formalidades exigidas, entretanto, para obter a isenção tributária, como mais à frente será melhor explicado, é necessário o cumprimento de requisitos legais. Não basta, somente, reservar e/ou preservar e declarar, pois, essas

áreas, além de existirem, têm que estar documentadas, regularizadas e atualizadas, toda vez que assim a lei exigir para serem contempladas com a isenção.

(...)

Passando-se à situação concreta, objeto do presente processo, a interessada, apesar de, posteriormente, anexar laudo de APP, não apresentou comprovante de regularização para ter direito à isenção do ITR, no caso, ADA protocolado no IBAMA no prazo regulamentar para o exercício em análise e averbação da ARL. Em razão disso, as pretensas áreas não deveriam estar declaradas como isentas, pois, não estavam amparadas para essa concessão, fato que configura declaração incorreta.

(...)

Desta forma, em atenção a esse dispositivo, não atendido o requisito legal da averbação no prazo regulamentar ou não requerido o Ato Declaratório Ambiental dentro do prazo estipulado, as pretensas áreas de Preservação Permanente ou de Utilização Limitada ficarão sujeitas à tributação. Além disso, para efeito do ITR, serão enquadradas como áreas aproveitáveis do imóvel e não explorada pela atividade rural, afetando, assim, o grau de utilização e alíquota de cálculo, também questionados pela impugnante.

Nesse diapasão, passamos à análise da necessidade do Ato Declaratório Ambiental.

### **Ato Declaratório Ambiental – ADA**

De plano, cabe destacar, no tocante às Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal/Utilização limitada, que o Poder Judiciário consolidou o entendimento no sentido de que, em relação aos fatos geradores anteriores à Lei n.º 12.651/12, não é necessária a apresentação do ADA para fins de exclusão da área da base de cálculo do ITR, com fundamento no § 7º do art. 10 da Lei no 9.393, de 1996.

Nesse contexto, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional já possui Parecer favorável (Parecer PGFN/CRJ n.º 1.329/2016) reconhecendo o entendimento consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça a respeito da inexigibilidade do ADA nos casos de área de preservação permanente e de reserva legal, para fins de fruição do direito à isenção do ITR, sendo a referida orientação incluída no item 1.25, “a”, da Lista de dispensa de contestar e recorrer (art. 2º, incisos V, VII e §§3º a 8º, da Portaria PGFN n.º 502/2016).

Logo, entendo que não cabe exigir o protocolo do ADA para fins de fruição da isenção do ITR das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal/Utilização Limitada, bastando que o contribuinte consiga demonstrar através de provas inequívocas a existência e a precisa delimitação dessas áreas, o que encontra-se plenamente demonstrado nos presentes autos através de laudo técnico.

Como visto, a motivação estabelecida pela DRJ quanto ao não acatamento da Área de Reserva Legal/Utilização Limitada, além da não apresentação do ADA, foi também a averbação tempestiva da referida área.

Com efeito, no que tange à necessidade prévia de averbação da área de reserva legal na matrícula do imóvel como condição para a concessão da isenção do Imposto Territorial Rural, prevista no art. 10, II “a”, da Lei n.º 9.393/96, o Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido de considerar indispensável à preexistência de averbação da reserva legal no registro de imóveis como condição para a sua concessão.

Assim, para fazer jus a isenção pleiteada, necessários se faz com que a área referente à reserva legal/utilização limitada esteja averbada na matrícula do imóvel em data anterior ao fato gerador, conforme entendimento estabelecido no teor da Súmula CARF n.º 122, senão vejamos:

A averbação da Área de Reserva Legal (ARL) na matrícula do imóvel em data anterior ao fato gerador supre a eventual falta de apresentação do Ato declaratório Ambiental (ADA). (**Vinculante**, conforme Portaria ME n.º 129, de 01/04/2019, DOU de 02/04/2019).

No caso em apreço se discute o lançamento referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), e que, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 9.393/96, trata-se de tributo de apuração anual, cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município e ocorre em 1.º de janeiro de cada ano. Assim, imprescindível se faz a averbação da Área de Reserva Legal na matrícula do imóvel de forma intempestiva.

Tratando-se de área de posse, sem registro no Cartório Imobiliário, para que se comprove a existência da área de reserva legal passível de exclusão da tributação, a legislação exige que o contribuinte celebre Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, com o órgão estadual ou federal competente, conforme determina o §10 do art. 16 da Lei n.º 4.771/65 (Código Florestal), vigente à época do fato gerador.

Dessa forma, em virtude da falta de averbação eficaz da área de Reserva Legal/Utilização Limitada, referida área não pode ser acatada para a fruição da isenção tributária, de acordo Súmula CARF n.º 122, acima mencionada.

Isto posto, deve ser acatada apenas a Área de Preservação Permanente declarada, para efeito de isenção e respectivas consequências no cálculo do ITR.

## **Conclusão**

Ante o exposto, voto por CONHECER do Recurso Voluntário e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para acatar a área declarada de Preservação Permanente de 53,0 ha.

(documento assinado digitalmente)

Andréa Viana Arrais Egypto